

Projeto de Lei nº 27/2022 Data: 27/07/2022

Súmula: "Cria o Conselho Municipal e o Fundo Municipal de Segurança Pública, no município de Cambira - Paraná."

A Câmara municipal de Cambira, estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Seção I

DO CONSELHO

Art. 1º - Fica criado o CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA-COMSEG do Município de Cambira - PR, órgão colegiado, consultivo e de assessoramento ao Poder Executivo, nas questões relativas à segurança dos bens patrimoniais do Município e das pessoas físicas e ao combate à violência e à criminalidade.

Parágrafo único. O conselho fica vinculado à estrutura da Secretaria Municipal de Industria, Comércio, Segurança e Trânsito.

- Art. 2° Compete ao Conselho:
- I Sugerir prioridades na área de segurança pública no âmbito do Município;
- II Fiscalizar e assessorar a execução da Política Municipal de Segurança Pública;
- III Acompanhar e avaliar os serviços de segurança pública e privada, prestados à população, zelando pelo respeito aos direitos humanos e pela eficiência dos serviços de proteção do cidadão;
- IV Sugerir e opinar sobre campanhas voltadas a não violência e pela paz;
- V Sugerir e assessorar o Poder Executivo nos encontros, estudos, debates e eventos ligados à segurança dos bens públicos e das pessoas físicas e ao combate à violência e à criminalidade;



- VI Estudar, analisar e sugerir alterações na legislação pertinente;
- VII Opinar, previamente, sobre a realização de programas, projetos e ações de segurança pública a serem realizados pelo Poder Executivo;
- VIII Opinar previamente acerca de instalação de empreendimentos de diversão, bares, salão de bailes, escolas de educação infantil, estabelecimentos bancários e congêneres;
- IX Elaborar o seu Regimento Interno;
- X Outras atividades correlatas.
- Art. 3° O Conselho Municipal de Segurança Pública compor-se-á, paritariamente, de 09 (nove) membros designados pelo Prefeito, sendo:
- I 06 (seis) indicados pelo Poder Executivo, assim representados:
 - 1. a) Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
 - 2. b) Secretaria Municipal da Obras e Anexos;
 - 3. c) Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
 - 4. d) Secretaria Municipal de Educação;
 - 5. e) Câmara Municipal de Vereadores de Cambira PR;
 - 6. f) Conselho Tutelar
- II 03 (três) representantes da sociedade civil organizada relacionada à área de segurança pública assim representada:
 - 1. a) Associação Comercial e Empresarial de Cambira;
 - 2. b) Associações de Bairros;
 - 3. c) Representação Comunidade Escolar;
 - 1º Para cada titular será indicado o respectivo suplente.
 - 2º Os membros do conselho terão mandato de 2 (dois) anos, possibilitada a recondução uma vez por igual período.
 - 3° O preenchimento dos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Secretário será realizado através de eleição entre os membros do Conselho, conforme dispuser o Regimento Interno.
 - 4º O exercício do mandato será gratuito e considerado como prestação de relevante serviço público ao Município.



- **Art. 4º** O Conselho elaborará o seu Regimento Interno, no prazo de 60 (sessenta) dias de sua instalação, submetendo-o ao Poder Executivo para homologação, por Decreto.
- Art. 5° O Conselho Municipal de Segurança Pública se reunirá ordinariamente 01 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente.

Parágrafo único: O conselheiro que deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas, sem justificativa, perderá o mandato, devendo o Prefeito Municipal nomear o seu sucessor, procedimento que também será adotado nos casos de renúncia.

Seção II

DO FUNDO

Art. 6° - É criado o Fundo de segurança pública e de combate à violência e à criminalidade do Município de Cambira - PR, que tem como objetivo proporcionar amparo financeiro aos programas, projetos, convênios, termos de cooperação, contratos e ações de segurança pública e de combate à violência e a criminalidade.

- Art. 7º Constituem recursos do Fundo:
- I Os aprovados em lei municipal e constantes do orçamento;
- II Os auxílios e subvenções específicos, concedidos por órgãos públicos federais, estaduais e por entidades privadas;
- III Os auxílios resultantes da celebração de convênio ou termo de cooperação entre o Município e o poder público ou as entidades privadas, nacionais ou internacionais, sob a forma de doação;
- IV Os provenientes de financiamentos obtidos em instituições bancárias oficiais ou privadas;
- V Os rendimentos das aplicações financeiras de suas disponibilidades.



Parágrafo único - Os recursos do Fundo destinar-se-ão ao financiamento dos objetivos previstos nesta lei, bem como subvenções e repasses aos Conselhos Comunitários de Segurança – CONSEG's existentes no município de Cambira - PR.

Art. 8º - O Fundo ficará vinculado à <u>Secretaria Municipal de Administração</u> e será por esta administrado.

Parágrafo único - O órgão ao qual estiver vinculado o Fundo fornecerá todos os recursos humanos e materiais necessários à consecução dos objetivos do Fundo.

Art. 9° - Toda liberação de recursos pelo Fundo somente será efetuada após o recebimento de parecer favorável da Secretaria de Segurança Pública, do Conselho Municipal de Segurança Pública, da Secretaria da Fazenda, mediante aprovação do Prefeito Municipal.

Parágrafo Único - O fundo será presidido pelo presidente do conselho municipal de Segurança, sendo responsável pelo gerenciamento do fundo, em especial perante as instituições financeiras.

- **Art. 10 -** A Secretaria Municipal da Fazenda manterá os controles contábeis e financeiros de movimentação dos recursos do Fundo, obedecido ao previsto na Lei Federal nº 4.320/64, fazendo, também, a tomada de contas dos recursos aplicados.
 - 1º O Departamento de Contabilidade Municipal apresentará, mensalmente, ao Conselho Municipal de Segurança Pública, os balancetes que demonstrem o movimento do Fundo, bem como prestará esclarecimentos sempre que solicitados.
 - 2º Ao final do exercício, o Departamento de Contabilidade prestará contas ao Conselho, com peças contábeis idênticas às que integrarem a prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado, o qual emitirá o seu parecer sobre a prestação de contas do Fundo, encaminhando-o ao Secretário Municipal de Administração.
- Art. 11 Os recursos do Fundo serão depositados em conta especial, em estabelecimento oficial de crédito, no Município.



Parágrafo único - Obedecida à programação financeira, previamente aprovada, o excesso de caixa existente será aplicado no mercado de capitais, através de banco oficial de crédito, vedada a aplicação em bancos privados.

- Art. 12 Os bens móveis e imóveis adquiridos com recursos do Fundo serão incorporados ao patrimônio municipal, registrando-se a fonte de aquisição.
 - 1° O serviço de patrimônio municipal apresentará, sempre que solicitado e, obrigatoriamente, ao final de cada exercício, a relação dos bens móveis e imóveis adquiridos com recursos do Fundo ou que lhe venham a ser doados.
 - 2º Os materiais adquiridos pelo Fundo serão controlados e administrados pelo setor de patrimônio municipal e movimentados por solicitação do Conselho Municipal de Segurança Pública.
- **Art. 13** Após a promulgação da Lei do Orçamento, o Departamento de Contabilidade Municipal apresentará ao Conselho o quadro de aplicação dos recursos do Fundo, destinados a proporcionar o apoio e o incentivo aos programas de atividade previstos nesta Lei.
- Art. 14 Nenhuma despesa será realizada sem a necessária cobertura orçamentária.
- **Art. 15 -** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.
- Art. 16 O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber.
- **Art. 17 -** Revogam-se as disposições em contrário, passando a vigorar a presente lei na data de sua publicação.

Edificio da prefeitura municipal de Cambira, estado do Paraná, aos vinte e sete dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois.

Emerson Toledo Pires Prefeito Municipal